

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: COMUNICAÇÃO OU DOMESTICAÇÃO?

**(Síntese da Dissertação apresentada ao Curso de
Mestrado de Sociologia do Desenvolvimento da
Universidade Federal do Ceará).**

Roberto Mauro Gurgel Rocha

O trabalho estuda a questão da extensão universitária perseguindo um duplo objetivo: o conhecimento das razões que levaram a extensão universitária a assumir o perfil que a caracterizou a partir de 1968 e, a apreciação crítica de pontos referentes ao relacionamento universidade/sociedade.

Toma-se como ponto de partida a dicotomia extensão x comunicação expressa por Paulo Freire⁽¹⁾ em uma de suas obras e a partir dela tenta-se aprofundar o conteúdo específico assumido pela extensão universitária brasileira, que ao que parece se coloca entre os limites da domesticação à comunicação.

O estudo procurou:

- 1 — conhecer a forma como a extensão universitária surgiu no país e a sua evolução no contexto das instituições de ensino superior, de modo que se possa compreender a fisionomia por ela assumida no corpo da Lei n.º 5.540;
- 2 — analisar a questão da extensão, enquanto forma de relacionamento universidade/sociedade, procurando conhecer:
 - a) até onde a extensão pode ser um instrumento de apoio a mudanças que possam ocorrer na sociedade brasi-

1 FREIRE, Paulo. *Extensão ou Comunicação?* 2. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.

leira levando a universidade a colocar-se a serviço das classes dominadas, ou, inversamente, até onde a extensão pode ser um instrumento que sirva como freio às lutas dos movimentos populares;

- b) as mudanças que ocorreram a nível interno da instituição de ensino superior, pela via da extensão universitária;
- c) até que ponto o Estado realmente utilizou a extensão com um instrumento de garantia da ordem vigente;
- d) que interesse teve a classe dominada no sentido de uma integração com as universidades;
- e) por que a extensão universitária, mesmo com apoio institucional do Ministério da Educação e Cultura, não conseguiu ser assimilada como *função* pelas instituições de ensino superior, permanecendo indefinida, sendo pouco compreendida pelos docentes, discentes, funcionários administrativos e mesmo dirigentes universitários;
- f) por que a extensão foi viabilizada preferentemente sob forma de prestação de serviços sociais de caráter assistemático, sem vínculos com o ensino e a pesquisa, serviços estes muitas vezes já prestados por instituições governamentais específicas (federais, estaduais ou municipais) ou por entidades privadas.

O quadro referencial da análise, considera como ponto central a proposta de Gramsci, levando em conta que aquele filósofo italiano além de valorizar a instância super-estrutural, possui apreciações específicas sobre difusão cultural que facilitam a compreensão do movimento extensionista brasileiro.

A metodologia utilizada incluiu a realização de entrevistas com elementos que participaram das ações extensionistas, o estudo de Relatórios, Planos e outros documentos oficiais, sendo procedida uma análise de caráter histórico-estrutural a partir do conteúdo dos discursos e de outras informações vivenciadas na prática. Fez-se uma tentativa de reconstituição de toda uma história dispersa no sentido de resgate da memória da extensão universitária do país.

Na análise histórica da extensão pode-se constatar a existência de três momentos bem definidos: o período das expe-

riências pioneiras; o período das experiências isoladas e da disseminação de idéias e desenvolvimento de ações a partir dos movimentos sociais; e o período de maior institucionalização da extensão universitária.

O primeiro momento, cobre o período entre 1912 e 1930, sendo marcado, principalmente, pela criação da Universidade Popular que existiu na Universidade Livre de São Paulo e pela fundação da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa nos moldes dos "Land Grant Colleges dos Estados Unidos". A partir destas duas experiências surgem as idéias dos "cursos de extensão" e da extensão universitária como forma de prestação de serviços.

O período caracterizado pelo desenvolvimento de experiências isoladas por iniciativa de segmentos variados da instituição de ensino superior, vai de 1930 a 1968, coincidindo com a época do nacional-desenvolvimento populista e com o momento crítico entre 1964/68, quando a nível nacional se procura concretizar a hegemonia de um outro grupo de poder, que, tenta redefinir o papel da universidade em consonância com as exigências do capitalismo internacional. Apesar da existência de Projetos extensionistas de iniciativa dos docentes, a mais importante contribuição em relação às experiências de extensão, deve-se ao movimento estudantil, que, em suas bandeiras de luta em prol da reforma universitária, sempre a incluíam como ponto preponderante. Neste período, afirmam-se as idéias referentes a extensão artística e cultural; a relação entre universidade e povo — mormente populações carentes; e à concepção da extensão como uma função eminentemente política. Iniciam-se tentativas nacionais no sentido de institucionalização da extensão, sendo expressivo o conteúdo do Estatuto das Universidades, de 1931. Os documentos legais de constituição da Universidade de São Paulo e da Universidade do Distrito Federal, as duas grandes experiências do ensino superior surgidas na década de 1930, que dão a extensão uma dimensão especial. O período é ainda o momento em que se afirmam nas décadas seguintes o Centro Popular de Cultura; a extensão da Universidade de Brasília; o Serviço de Extensão Cultural da Universidade de Pernambuco; a Universidade Volante do Paraná; e aparece o primeiro Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária — CRUTAC e o Projeto Rondon.

A época de maior institucionalização nacional da extensão universitária, entre 1968 e 1976, tem como pontos básicos: o advento da Lei n.º 5.540; a disseminação das idéias extensionistas pelo Conselho de Reitores; o aparecimento dos *Campi Avançados* — como propostas estratégicas de extensão —; e

o surgimento da Coordenação Nacional dos CRUTACs — CIN-CRUTAL. E igualmente o momento em que surge a Coordenação de Atividades de Extensão — CODAE — do Ministério de Educação e Cultura — MEC —, quando passa-se a contar também com estruturas administrativas de planejamento, coordenação e execução das atividades de extensão, a nível das universidades. Avança-se muito a nível do discurso oficial, incorporando-se inclusive o conceito de comunicação à proposta geral de extensão, concepção esta que passou a ser amplamente difundida, certamente, em função da presença de antigos militantes dos movimentos estudantis — especialmente dos estudantes, vinculados à Igreja —, que aceitaram ocupar um espaço no plano institucional. Esta pode ser uma das razões que explica o conteúdo humanista dos documentos oficiais de então. De outro ângulo, pode-se apelar também para o comportamento hábil e inteligente dos grupos do poder, em sua atuação no sentido de criar mecanismos propiciadores da missão educativa do Estado. O governo brasileiro do pós-1964, procurou destruir ou desarticular os movimentos sociais, descharacterizando as suas propostas, despolitizando-as e incorporando-as aos instrumentos legais e planos surgidos após 1968. Veja-se por exemplo, o caso da Lei n.º 5.540 em relação à "Declaração da Bahia", e suas inúmeras semelhanças. Estabeleceu-se muitos limites, mas, a própria contradição existente a nível do Estado permitiu a abertura de novos espaços, que foram ocupados por elementos que pleiteiam a mudança social...

Em relação à análise crítica da ligação universidade/sociedade é imprescindível que se tenha uma plena consciência das limitações da extensão, sem com isso minimizar a sua influência em alguns momentos. Somente dessa maneira pode-se identificar as possibilidades da participação da universidade em ações transformadoras no sentido de uma nova estrutura social.

Certamente, na realidade, o grande momento de engajamento de segmentos universitários em tentativas de mudança social, foi o período entre 1961 a 1964 quando o movimento estudantil, dizia atuar em direção ao povo, ou em função de um novo Projeto de Sociedade, que nunca foi definido... *E a tão propalada comunicação, que implicaria num relacionamento em que as partes se colocariam como iguais, restringiu-se basicamente ao plano dos discursos ou a tentativas individuais...* Predominantemente, se teve o desenvolvimento de ações a partir do interesse da universidade, que, muitas vezes *refletiam um puro processo de domesticação*. E com isso, em alguns momentos, sem dúvida alguma, se reduziu a intensidade dos

movimentos populares, cumprindo consciente ou inconscientemente, uma determinação do Estado no sentido de sustentação do *status quo*... Todavia, acredita-se, a universidade pode ser um mecanismo de apoio ao processo de mudança social. Como se teve chance de analisar anteriormente, os grupos da universidade que pretendem trabalhar com o povo, devem partilhar com ele, de um processo de troca ou confronto de saberes, onde se faça o desvendamento das limitações institucionais, instrumentalizando-o para tirar o maior proveito não somente das ações possibilitadas pela ação da Instituição de Ensino Superior, mas, das organizações do Estado de um modo geral. Devem igualmente buscar um conhecimento concreto das condições de vida da classe subalterna, das suas formas de produção do saber, de seus valores, descobrindo, assim, onde está a ciência no senso comum. Devem assessorar as populações, no sentido de que estas se tornem mais capazes de um esforço crítico, para poder interpretar e compreender a realidade presente e sistematizar suas propostas de direcionamento da sociedade, auxiliando concretamente o surgimento dos intelectuais orgânicos da classe dominada.

Em relação às mudanças ocorridas a nível interno das instituições de ensino superior, pela via da extensão universitária, há poucos registros que permitam uma identificação mais objetiva. Há referências em alguns documentos à mudança de mentalidades de docentes e discentes — especialmente os participantes de programações na linha da ação comunitária ou desenvolvimento de comunidades, nos CRUTACs e *Campi Avançados* —; à reestruturação administrativa da universidade — com criação de novos mecanismos facilitadores da ação extensionista —; da articulação dos Programas de Pós-Graduação, com ações de extensão; da reestruturação de algumas diretrizes acadêmicas; e, fala-se de pequenas experiências no subsistemas de ensino, surgidas em função da extensão, relacionadas com estágios, grupos de reflexão — o caso do Laboratório Rogers, mas, tudo isso aparece muito vagamente.

As razões da dificuldade de compreensão da extensão como função própria da universidade, tem sua origem na própria imprecisão com que a Lei n.º 5.540 trata o assunto. O relatório sobre a "Avaliação da Implantação da Reforma Universitária", preparado pela UFBA-ISP, mostra muito bem a responsabilidade desta legislação neste sentido. Além do mais, como se pode sentir, não há uma única maneira de encarar a extensão universidade, existe, isto sim, extensões da universidade, em direção a comunidades, instituições, organizações, em relação a classe dominante ou a dominada, de acordo com a proposta

política dos grupos que participam da ação extensionista. Como não há uma proposta unitária, uma única formulação ou uma única maneira de encarar o processo de extensão, torna-se difícil para alguns, considerar como extensão universitária a atuação de grupos que praticam ações completamente diversas das suas...

A fragilidade do ensino e a incipiência das pesquisas realizadas pelas universidades, parecem ter sido as causas principais da operacionalização da extensão universitária em forma de prestação de serviços sociais de caráter assistemático, muitas vezes, substitutivos da ação governamental. Ainda hoje, o ensino é visto como a função básica da universidade, numa tradição de transmissão de conhecimentos, muitas vezes já superados ou alienados da realidade; é maior a preocupação com a memorização dos conhecimentos e com a verificação de aprendizagem — as provas —, do que com a problematização de situações que poderiam levar a um efetivo aprendizado. Vê-se o ensino somente como o momento de relação entre professor e aluno na sala de aula, onde o primeiro, na maioria das vezes, em sua condição de autoridade, transmite e submete o aluno a sua visão, avalia em função da fidelidade aos conteúdos transmitidos, através de critérios que estimulam muito mais a concorrência do que a solidariedade grupal... E a pesquisa, por seu lado, prevista como função indissociável do ensino na Lei n.º 5.540, onde é apresentada como forma de uma transmissão criativa do saber, ainda é ineficaz no quadro geral da universidade brasileira, sendo ainda hoje a grosso modo, muito mais uma resultante de esforços individuais, que, de uma ação institucional. E dentro do quadro apresentado, considerando-se que as posições favoráveis à transformações são minoritárias, o que pode ser a extensão, função de relação destinada a levar à sociedade os frutos do saber universitário? Logicamente, considerando-se a situação do ensino e da pesquisa, a extensão ter-se-ia de contentar de aparecer sob forma de um ensino como o que se ministra a nível acadêmico, ampliado às populações de um modo geral e de difusão dos resultados das pesquisas que mesmo incipientemente a universidade executa. Mas, que proveito a sociedade global tiraria disso tudo, já que suas exigências são muitas vezes de caráter pragmático e imediato? Certamente, ter-se-ia que partir para um tipo de prestação de serviços que não se restringisse somente à extensão do ensino e dos resultados da pesquisa; e a oportunidade se afigurou, na ocupação de espaços nos quais o poder governamental não tinha condições de atuar ou então firmar-se no apoio às ações desenvolvidas pelo governo. A nível do dis-

curso procurou-se também ampliar as possibilidades da extensão e vê-la como elemento que poderia trazer um "feedback" renovador e dinamizador às universidades... Pode-se, com a idéia da extensão atingir os interesses de modernização da universidade, porém, não se conseguiu conquistar os mais tradicionalistas. Estes, além de alegar o perigo de perda de qualidade do ensino, viam a extensão como função que poderia representar novas exigências de trabalho... E muitos dos mais comprometidos com o processo de mudança social, apesar de reconhecerem a validade do discurso, perceberam criticamente a ambigüidade que muitas vezes acontecia com o nível da prática concreta...

Na realidade, se considerada no plano estritamente institucional e na perspectiva dominante nas universidades brasileiras, a extensão tem sido até hoje uma função exercida *assistematicamente, esporadicamente, sem vinculação com o ensino e a pesquisa, não sendo considerada de fato como função*, apesar das *inúmeras instâncias burocráticas existentes para sua operacionalização ou coordenação*. O que é chocante, é o alegado compromisso que a universidade declara criar com as comunidades pobres, pela via da extensão gerando grandes expectativas...

É inadmissível que se continue com discursos refinados como justificativa para práticas incompetentes. A extensão não pode mais continuar a ser a função universitária "que, consiste geralmente em levar conhecimentos supérfluos ou preciosistas, a uma minoria de beneficiários interessados" como salienta Bordenave.⁽²⁾ E o que é pior, muitas vezes nem se sabe se os beneficiários estão interessados.

A extensão deve ser vista como um espaço possibilitador de estabelecimento de uma ligação com a classe trabalhadora, que permita um intercâmbio de conhecimentos, no qual a universidade aprenda a partir do saber popular e assessorie as populações no sentido de sua emancipação crítica... De acordo com posição expressa por Gadotto, em análise sobre a revisão crítica do papel do pedagogo na atual sociedade brasileira, deseja-se reiterar que: "é falsa a afirmação de que nada é possível fazer na educação enquanto não houver uma transformação da sociedade, porque a educação é dependente da sociedade. A educação não é, certamente, a alavanca da transformação social. Porém, se ela não pode fazer sozinha a transformação, essa transformação não se efetivará, não se conso-

2 BORDENAVE, Juan Diaz. *Pode a Universidade ser Motor de Desenvolvimento*. São Luís, UFMa, 1978, 20 p. mimeo.

lidará, sem ela. Se ela não é a alavanca, isso significa, ainda, que a sua luta deve *estender-se* além dos muros da escola, não deve limitar-se ao seu *campus*, o que a ideologia dominante entendeu há muito tempo, querendo limitar o conflito aos muros dos *campi*...⁽³⁾

A extensão universitária em uma dimensão de mudança social na direção de uma sociedade mais justa e igualitária, tem portanto, obrigatoriamente, de ser uma função de comunicação da universidade com o seu meio, possibilitando, assim, a sua realimentação face à problemática da sociedade, propiciando uma reflexão crítica e revisão permanente de suas funções de ensino e pesquisa. Deve representar, igualmente, um serviço às populações, com as quais os segmentos mais conscientes da universidade estabelecem uma relação de troca ou confrontos de saberes.

3 GADOTTI, Moacir. *Educação e Poder*; introdução à pedagogia do conflito. São Paulo, Cortez, Autores Associados, 1980.